

ESTRUTURA E DINÂMICA DA ECONOMIA SERGIPANA (1970- 2002)

Ricardo Oliveira Lacerda de Melo*

Aldemir do Vale Souza**

RESUMO:

O presente artigo analisa a evolução da estrutura produtiva da economia sergipana no período 1970-2002, buscando relacionar as principais transformações do seu perfil produtivo e de sua dinâmica de crescimento à forma de articulação com a economia nacional. É possível identificar dois pontos de inflexão na trajetória da economia sergipana no período em questão. O primeiro, nos anos 70 e primeira metade dos anos 80, quando um conjunto de investimentos industriais de empresas públicas e privadas puxou o crescimento econômico do estado e revolucionou as atividades urbanas. O segundo ponto de inflexão se verificou a partir de meados dos anos 80, quando atividades do setor terciário tornaram-se mais dinâmicas, acompanhando a perda de pujança da economia nacional e o abandono das políticas regionais inauguradas nos anos 60. Nos anos noventa, a abertura comercial e a reestruturação industrial em curso colocam em xeque o principal projeto estruturador, há muito acalentado pelas lideranças políticas locais, o pólo cloroquímico de Sergipe. Nos anos mais recentes, já no século XXI, um conjunto de novos investimentos, atraídos pelas políticas estaduais de desenvolvimento industrial, propicia um novo ciclo de expansão industrial.

PALAVRAS-CHAVE: Sergipe, Desenvolvimento, Economia.

* Professor Doutor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Sergipe.

** Ex-professor da UFPE e diretor de Ceplanconsult

1. INTRODUÇÃO

Podem-se ressaltar dois aspectos interdependentes para caracterizar o contexto do passado recente da economia do Estado de Sergipe. O primeiro associado às transformações da economia brasileira, sob influência das mudanças na economia internacional, nas três últimas décadas, e o efeito que teve e tem a condução da política de curto prazo nas economias locais. E o segundo, relacionado à importância que tiveram, até meados dos anos oitenta, os investimentos das empresas estatais para induzirem direta e indiretamente o crescimento, a renda e o emprego no Nordeste e, em particular, nas economias estaduais mais vulneráveis como a de Sergipe.

Quanto ao primeiro aspecto, dois pontos merecem destaque. Primeiro o de que a forte proteção ao mercado da economia brasileira e o fácil acesso à poupança externa, até o final dos anos setenta, favoreceram as condições para um crescimento sustentado do PIB, configurando uma dinâmica endógena que reforçou um processo de integração regional já em curso desde os anos trinta do século passado. Segundo, e não menos importante, a elevação do preço do petróleo e o processo inflacionário desencadeado nas principais economias mundiais abriram espaço, nos anos setenta, para o início, nessas economias, de políticas de reestruturação industrial, alteração de suas políticas comerciais e uma forte onda protecionista.

A adoção de políticas corretivas pelas principais economias mundiais, dentre elas o forte aumento dos juros básicos da economia norte-americana, repercutiu nas economias latino-americanas e, em particular, na economia brasileira que, incapacitadas de servir suas dívidas, mergulharam, na primeira metade da década de oitenta, num processo de crise cambial e financeira, interrompendo uma trajetória de crescimento sustentado que se verificara até final dos anos setenta.

Progressivamente, essas economias adaptaram-se à crise da dívida, a partir do início dos anos noventa, adotando medidas sob a forma de redução das barreiras de proteção a seus mercados, de desregulamentação de seu mercado de capitais, da implementação de progra-

mas de privatização de empresas públicas, e de medidas ambiciosas de controle dos gastos públicos e de combate de seus crônicos processos inflacionários.

Os efeitos nas economias regionais das mudanças ocorridas na economia brasileira foram significativos. Exerceram influência como fatores de destaque, por um lado, a crise cambial e a fragilidade fiscal e financeira do setor público nos anos oitenta; a abertura da economia, nos anos noventa, e suas implicações na reestruturação industrial; e a necessidade de conter o processo inflacionário, com a reiteração, até o advento do Plano Real, em 1994, de experiências sucessivas de planos de estabilização malogrados.

O traço mais notável desse período é a persistência de uma fase de lento crescimento econômico, iniciado na década de oitenta, permeado por graves problemas na economia brasileira, com repercussões importantes nas economias estaduais. Na raiz dos problemas da economia brasileira, a crise cambial de início dos anos oitenta, e a interrupção dos fluxos de financiamento com base em poupança externa, foi uma das fontes mais importantes de desequilíbrio macroeconômico que afetaram a economia. Outro não menos importante foi a aceleração do processo inflacionário.¹

O oscilante desempenho da economia brasileira, nos anos oitenta, encerra, por assim dizer, o resumo da ocorrência de diversos fenômenos interdependentes: queda do PIB, em 1981 (- 4,2%) e 1983 (- 3,0%), aceleração inflacionária e mudanças no quadro político-institucional que propiciaram a primeira tentativa heterodoxa de estabilização da economia, com o Plano Cruzado, a partir de 1986, sucedido por iniciativas igualmente frustradas de planos heterodoxos de estabilidade monetária caracterizados por congelamento de preços e salários.

¹ Em 1983, a inflação mudou do patamar de 100% para 200% ao ano.

Entre 1984-85, houve um breve ciclo de recuperação, sustentado no crescimento das exportações que se configurou num ambiente de recessão com grande capacidade ociosa na indústria e redução dos salários reais. As medidas de congelamento de preço e salários do Plano Cruzado, em 1986, associados a uma política monetária acomodatória e ao crescimento real dos salários, naquele ano, provocaram uma elevação inusitada da demanda e causaram um forte crescimento do PIB: 6,4%, no ano.

A frustração decorrente dos repetidos insucessos das tentativas de estabilizar a economia tornou o processo inflacionário mais agudo dando início a um período de instabilidade na economia que entrou numa fase de estagnação com seus efeitos de redução do ritmo de crescimento do PIB até o final da década de oitenta. Esse ambiente de incerteza serviu de desestímulo ao investimento, acentuando uma situação de persistente instabilidade e lento crescimento econômico.

No Nordeste, observou-se então uma tendência de redução do investimento, caindo seu ritmo de crescimento para 1,6% ao ano naquela década², reduzindo-se ainda mais, entre 1990-93, em termos absolutos em 4,4% ao ano. O investimento público contribuiu para essa queda com - 9,9% ao ano.³

No Gráfico 1, que contém o crescimento do PIB em médias móveis quinquenais, observa-se a tendência das economias brasileira, nordestina e sergipana ao longo das três últimas décadas, podendo-se destacar, sob a forma de resumo, os seguintes comentários:

- a) até quase o final da década de setenta, as taxas de crescimento – indicadas pelas médias quinquenais – ainda refletem a tendência histórica de expansão acelerada da economia brasileira, em que pese o início da fase de transição para uma forte desaceleração do seu ritmo de crescimento, graças aos problemas apontados;

² Na década anterior, a FBKF tinha crescido a um ritmo de 10,2% a.a., cf. Sudene. Boletim Conjuntural – Nordeste do Brasil, n. 1, 1993 (Tabela 71, p. 390).

³ Idem, *ibidem*.

- b) nos anos oitenta, a chamada “década perdida”, configurou-se de maneira mais inequívoca o crescimento claudicante e a “estratégia” *stop-and-go* das diversas e reiteradas tentativas frustradas de estabilização monetária, com a ocorrência das experiências, sem precedente em quarenta anos, de crescimento negativo, em 1981-83;
- c) nos anos noventa, com o advento do Plano Real, em 1993-94, esboça-se uma retomada do crescimento, em um curto ciclo, como resultado da estabilidade monetária, sem que se retorne às taxas históricas, sobretudo devido à grande incerteza quanto ao investimento de médio e longo prazo, tanto que os anos iniciais do novo século (2000 - 2002) registram crescimento medíocre (2,3% a.a., na média)
- d) a tendência observada ao longo de todo o período, até a primeira metade da década de noventa, revela o traço empírico já observado da aderência do crescimento das economias regional e estadual à economia nacional.

Essa última observação chama a atenção para a constatação, com freqüência assinalada, de que a economia nordestina sempre cresce a taxas maiores do que a brasileira, quando esta entra numa fase cíclica de recuperação, enquanto ocorre o oposto, quando se esboça uma trajetória de queda das taxas de crescimento de PIB da economia brasileira. Contrariando esse fato observado até um passado recente, esse padrão é interrompido entre 1992 e 1996, sem sinais de que voltará a se repetir no futuro. Ver Gráfico 1.

De fato, é o que se pode notar da comparação feita a partir do ano de 1992, quando a economia brasileira passa a crescer a taxas maiores. Uma hipótese para essa mudança pode estar numa provável reconcentração da atividade econômica nas regiões mais desenvolvidas, que se beneficiaram de uma maior integração ao comércio internacional, ou na tendência, a partir dos anos noventa, de expansão da área do agro-negócio, sobretudo na região do Centro Oeste.

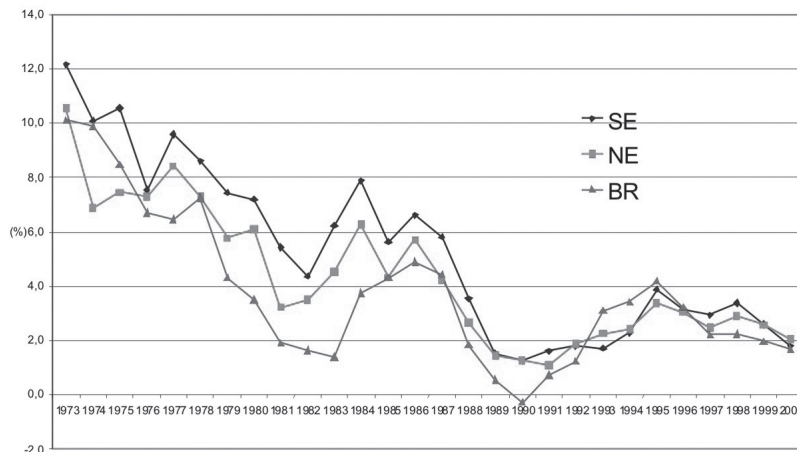


Gráfico 1 - Brasil, Nordeste e Sergipe: Evolução das Taxas de Crescimento do PIB 1970 - 2002 (Médias móveis quinquenais)

Fonte: Sudene (1973-1984), IBGE (1985-2002)

No contexto nordestino e nas economias estaduais o que se observa, de acordo com a tendência do crescimento, notadamente quanto à aparente correlação entre os ritmos de crescimento da economia nacional versus à regional e estadual, é uma capacidade de resposta diversa, segundo a situação particular de cada economia local.

De fato, a intensidade dos efeitos das mudanças apontadas nas economias estaduais teve, como contrapartida, uma maior ou menor capacidade de resposta e adaptação em função das condições da disponibilidade dos recursos naturais, da infra-estrutura e logística existente, da dimensão dos mercados, e da qualificação da mão-de-obra de suas economias. E, é evidente, parte não menos importante dessa adaptabilidade das economias estaduais se deu graças à capacidade local da iniciativa privada e do papel dos governos, até onde foi possível se acomodar às condições adversas gerais.

Nesse limitado espaço de manobra, embora secundariamente, tiveram importante papel as potencialidades de cada economia estadual

e as condições financeiras dos governos estaduais para atrair investimentos privados ao longo dos últimos quase vinte anos, a partir de programas de incentivos com base em sua receita própria.⁴ Nesse particular, as economias estaduais mais robustas, com capacidade para esboçar reação conseqüente foram, e ainda são, as dos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, as três maiores economias da região Nordeste.

Um outro fator determinante diz respeito à importância que tiveram, e a ainda têm, as empresas estatais federais na economia regional. Pode-se afirmar que seus investimentos tiveram, e ainda exercem, um papel importante como elemento de atração dos investimentos do setor privado, tendo atuado, nesse sentido, como um ponderável reforço à política de desenvolvimento industrial conduzida pela extinta Sudene.

O caso da economia de Sergipe é emblemático sob esse aspecto porque, até meados dos anos oitenta, os investimentos da Petrobrás, pelo peso que tiveram na formação do PIB industrial e do Estado, influíram significativamente na trajetória do crescimento de sua economia, com impactos diretos e indiretos importantes nas demais atividades. Paradoxalmente, essa presença, ao implicar uma concentração de investimentos importante na indústria, tornou a economia do Estado vulnerável às mudanças das estratégias da empresa.

2. CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SERGIPE

A evolução do Produto Interno Bruto sergipano é, como a dos demais estados, em geral, fortemente correlacionada ao desempenho da economia brasileira como um todo. Embora possa parecer um truísmo, essa afirmação subentende a influência de fatores exógenos; da gestão da política de curto prazo; e dos choques que – ao afetarem

⁴ As estratégias locais, verdadeiras apostas de sucesso duvidoso, cobraram caro, e ainda cobram, dos estados o sacrifício incorrido em termos de renúncia fiscal.

a economia brasileira – acabam, por sua vez, repercutindo nas economias locais.

Assim é que, numa retrospectiva de longo prazo, identificam-se dois pontos de inflexão que, sob a influência de alterações na economia brasileira, representam mudanças de trajetória da economia sergipana. O primeiro, nos anos 70 e primeira metade dos anos 80, quando um conjunto de investimentos industriais de empresas públicas e privadas puxou o seu crescimento e revolucionou as atividades urbanas. Nesse período alterou-se significativamente a feição, até então, essencialmente, tradicional da economia do Estado. O segundo ponto de inflexão se verificou a partir de meados dos anos 80, quando atividades do setor terciário tornaram-se mais dinâmicas, acompanhando a perda de pujança da economia nacional e o abandono das políticas regionais inauguradas nos anos 60. Essa segunda mudança se configurou, não por coincidência, a partir dos anos 80, no marco do esgotamento de um longo período de quase três décadas de forte crescimento da economia brasileira.

Como um marco da inflexão mencionada, cabe registrar a importância que tiveram, e deixaram de ter, os investimentos do setor público na indústria na economia de Sergipe, cuja principal fonte de crescimento dependia, no início dos anos oitenta, da indústria extrativa mineral e a de transformação. Em 1985, ambas representavam 58,7% do PIB, sendo que a primeira contava com cerca de 22%.⁵ Essa concentração da atividade econômica na indústria extrativa mineral, na exploração de petróleo, e em menor medida gás natural, sob controle da Petrobrás, uma empresa estatal, tornou a economia do Estado particularmente vulnerável às mudanças de orientação dos investimentos no setor industrial.

É evidente a tendência de redução dos investimentos dessa empresa a partir de 1985. De fato, conforme se observa, no Gráfico 2, a

⁵ Em 1995, essa participação tinha se reduzido para cerca de 8%, conforme os dados das Contas Regionais, produzidos pela SUPES e o IBGE.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) na indústria extrativa mineral, que correspondia a 11% do PIB da economia sergipana, naquele ano, reduziu-se para 3% em 1989, caindo para cerca de 2% no final do período, no ano de 1995. Esses investimentos, que representavam 63% de toda a FBKF pública realizada em 1985, caíram para 18%, no último ano. Desde a segunda metade dos anos oitenta, houve um declínio persistente do investimento público, exaurindo-se uma das fontes de crescimento mais importantes da economia sergipana – senão a mais importante. No mesmo período, a extração de petróleo teve uma redução de 27,3%.⁶

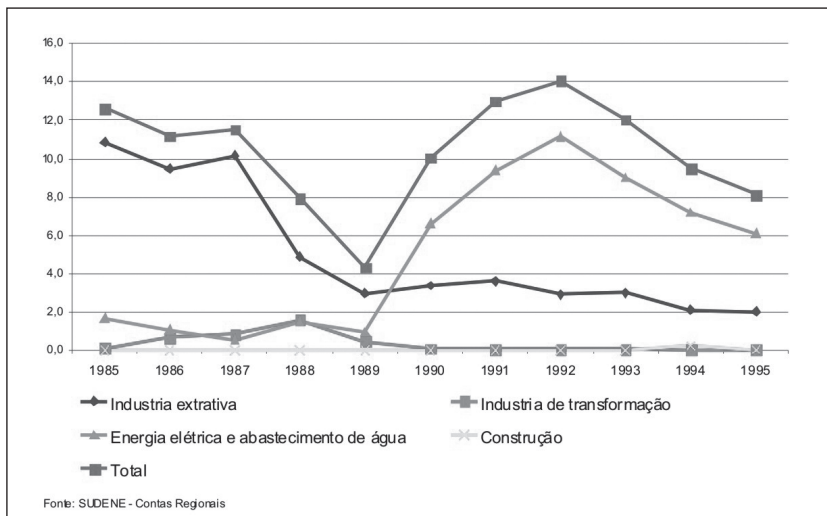


Gráfico 2 - Sergipe: Participação relativa da FBKF setorial do setor público (indústria) no PIB total: 1985 - 1995

⁶ Ver Ricardo Lacerda: "Perspectivas de geração de renda e emprego na economia de Sergipe". s.l., 23/08/1999 (xerox)

Há outros aspectos que ilustram esses resultados em termos dos investimentos públicos. Por um lado, se houve uma redução nos investimentos na indústria extrativa mineral, estes se elevaram na atividade de energia elétrica e de abastecimento d'água. O que se pode inferir desse comportamento do investimento é a reiteração da dependência da economia do Estado de uma fonte de crescimento concentrada em outra empresa estatal. Com efeito, a maior participação do investimento nessa atividade, a partir de 1989, decorre das obras na barragem de Xingó realizadas pela CHESF, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

Contrariando a tendência de um ritmo maior de crescimento de sua economia até meados dos anos oitenta, em anos mais recentes, notadamente depois do final da década de noventa, Sergipe enveredou numa trajetória de menor dinamismo comparativamente ao Nordeste e ao Brasil, um fenômeno que pode ser atribuído à sua dificuldade de explorar novas oportunidades de investimentos relacionadas ao crescimento das exportações nacionais.

O início dos anos 90 foram os mais duros para a produção nacional dos últimos 15 anos, em razão da combinação perversa da acelerada abertura comercial com a recessão das atividades no mercado interno, o que fez com que a economia brasileira se defrontasse com intensa entrada de produtos estrangeiros em um mercado estagnado.

A partir da implantação do Plano Real, a situação torna-se um pouco menos adversa, dado que a expansão dos mercados de consumo propiciada pelo retorno do crédito e, em sua esteira, a retomada de investimentos diretos externos levaram ao crescimento da demanda agregada, o que implicou a possibilidade de certa absorção interna do incremento de produção, mesmo com a intensificação do crescimento das importações e da falta de competitividade da produção brasileira nos mercados externos. Desse modo a expansão da demanda agregada repercutiu em todas as regiões.

Essa trajetória da economia nacional, mais do que qualquer outro determinante, explicou o desempenho um pouco superior do PIB da economia sergipana na segunda metade dos anos 90, comparativamente ao da primeira. A partir de 1999, as exportações brasileiras ganharam novo impulso com importantes efeitos sobre a demanda agregada, abrindo mini-ciclos na economia brasileira como o iniciado com a desvalorização do real entre o segundo semestre de 2002 e no primeiro de 2003.

No período mais crítico da evolução da economia brasileira, a contar da abertura comercial do início dos anos 90, referente ao período 1990-1993, o PIB sergipano cresceu apenas 1,7% ao ano, contra 1,1% da economia nordestina e crescimento zero da economia brasileira. Ver Tabela 1.

Tabela 1 - Brasil, Nordeste e Sergipe. Taxas anuais de crescimento do Produto Interno Bruto- PIB (%) aa

Anos/períodos	Brasil	Nordeste	Sergipe
1970-1973	12,4	13,9	17,2
1974-1980	7,0	6,6	7,4
1981-1984	-0,3	3,5	4,4
1985-1989	4,4	4,2	5,7
1990-1993	0	1,1	1,7
1994-1998	3,2	3,0	3,1
1999	0,8	2,2	1,3
2000	4,4	4,2	3,3
2001	1,3	1,0	0,3
2002	1,9	2,2	3,2
1999-2002	2,1	2,4	2,0

Fonte: SUDENE (1970-84), IBGE-Contas Regionais (1985-2002)

Nos anos de 1994 e 1998, verificou-se certa recuperação da economia nacional, estimulada pelo impacto da estabilização dos preços promovida pelo Plano Real. Ainda assim, a taxa de crescimento do PIB brasileiro no período foi modesta e decrescente, diante da perda de competitividade da economia em razão da contínua valorização cambial e das crises financeiras que atingiram, um a um, os países emer-

gentes endividados. A trajetória é de redução das taxas de crescimento do PIB brasileiro que, depois de atingir 5,9% em 1994, cai para 4,2% em 1995, 2,7% em 1996, 3,3% em 1997 e 0,1% em plena crise financeira e cambial de 1998. Ver Tabela 1.

O ano de 1999 foi de assimilação dos impactos da crise, com forte elevação das taxas internas de juro, com o retorno do crescimento do PIB nacional no ano de 2000 e taxas reduzidas de crescimento em 2001 e 2002. No período 1999-2002, o crescimento médio anual foi de 2,1%. Em 2003 o PIB ficou praticamente estagnado, 0,6% de aumento. A forte desvalorização cambial que se verificou no período combinada com a evolução favorável da economia mundial, todavia, possibilitou uma retomada de certo fôlego da economia brasileira, em 2004, 4,9% de crescimento.

A estagnação da economia nacional no início dos anos 90 atingiu intensamente a economia sergipana fazendo com que a taxa média de crescimento do PIB estadual situada em 5,7%, nos anos de 1985 a 1989, fosse rebaixada para 1,7% nos anos de 1990 a 1993.

Com o empuxe da demanda do Plano Real, a economia sergipana elevou a taxa de crescimento, comparativamente aos primeiros anos da década de 1990. Entretanto a média anual de 3,1%, no período 1994-1998, é significativamente menor do que os 5,7% anuais entre 1984 e 1989, e ainda menos expressiva quando comparada com as taxas dos anos 70 do século passado.

Nos anos mais recentes, a economia de Sergipe tem apresentado, em média, taxas de crescimento um pouco inferior às obtidas pelas economias do Nordeste do Brasil, com exceção de 2002. Ver Tabela 1. Tal indicador é preocupante, pois sugere que a economia do Estado vem se beneficiando pouco das oportunidades que a mudança do regime cambial, desde 1999, tem propiciado à economia brasileira. Assim, enquanto em todos os sub-períodos apresentados na tabela anterior, a economia sergipana registrou taxas de crescimento superiores às da economia brasileira e nordestina, após 1999 a sua trajetória tem se situado abaixo da média nacional, mesmo diante da relativa baixa dinamicidade da economia brasileira.

O coeficiente de exportação de Sergipe é significativamente inferior ao do Nordeste e do Brasil. Isso significa que, ainda que as exportações sergipanas cresçam acima das taxas médias da região e do país, o seu impacto sobre o PIB estadual é pouco significativo, diante do reduzido peso delas na composição da demanda agregada estadual.

3. A ESTRUTURA SETORIAL DA ECONOMIA SERGIPANA

Nos anos 70 e na primeira metade dos anos 80, a economia sergipana apresentou elevadas taxas de crescimento, estimulada pelos investimentos das empresas estatais e pelos investimentos privados incentivados pela SUDENE. A partir de meados dos anos 80, Sergipe perdeu dinamicidade, acompanhando o movimento geral da economia brasileira. Como reflexo dessas transformações, o setor industrial que chegou a representar 68% do PIB estadual, em 1985, declinou acentuadamente a sua participação, até atingir 33%, em 1993. Ver tabela 3.

Na perda de participação do setor industrial, e no conseqüente aumento da participação de setor serviços na economia sergipana, é necessário considerar dois fatores: Um primeiro associado à própria perda de dinâmica da indústria de transformação brasileira que atingiu quase todos os estados da federação a partir de 1985 e, um segundo, associada à perda de peso do setor petróleo na economia estadual. A recuperação de participação do setor industrial no PIB estadual no período 1997-1999 pode estar associada à instalação de novos empreendimentos incentivados pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Indústria - PSDI. O forte incremento de participação a partir de 2000 deveu-se, em maior parte, à entrada em operação da Usina Hidroelétrica de Xingó e a recuperação do valor de produção da atividade extrativa mineral (notadamente petróleo).

A outra face do grande peso do setor secundário no PIB sergipano é a participação extremamente baixa do setor agropecuário na produção da riqueza estadual, ainda que este setor apresente importante significado na ocupação de força de trabalho.

Tabela 3: Sergipe - Evolução da Participação dos setores no PIB Estadual, 1985-2002 (%)

ANO	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total geral
1985	8,2	67,8	24,0	100,0
1990	10,7	44,4	44,9	100,0
1994	12,5	41,3	46,3	100,0
1995	11,3	34,5	54,2	100,0
1996	10,8	33,2	56,0	100,0
1997	8,6	37,6	53,8	100,0
1998	9,2	36,0	54,8	100,0
1999	8,8	37,7	53,5	100,0
2000	7,6	37,3	55,1	100,0
2001	6,0	52,3	41,7	100,0
2002	6,6	51,5	41,9	100,0
2002*	7,8	42,9	49,3	100,0

Fonte: IBGE-Contas Regionais (1985-2002)

OBS: * Participação corrigida mantendo-se o peso do setor de serviços industriais de utilidade pública, em 2002, idêntico ao do ano 2000.

Em 2002, o setor agropecuário respondia por 6,6% do valor adicionado da economia sergipana, o setor secundário por 51,5% e o setor serviços, no sentido lato, por 41,9%. Considerando todos os setores produtivos, os segmentos com maior capacidade de gerar riqueza no estado, em 2002, eram a administração pública, a indústria extrativa mineral, a indústria de transformação, os serviços industriais de utilidade pública, o setor de comércio, um amplo segmento que envolve as atividades imobiliárias e os serviços prestados às empresas, e a construção civil. No setor industrial, a indústria extrativa mineral representava a maior parcela do PIB, 17,1%, a indústria de transformação por 14,1%, os serviços industriais de utilidade pública por 16,2% e a construção civil por 4,2%. Ver tabela 4.

Tabela 4: Sergipe - Participação dos Setores no Valor Adicionado Bruto, Anos selecionados (%)

SETORES	ANOS			
	1985	1990	2000	2002
Agropecuária	8,2	10,7	7,6	6,6
Indústria extrativa mineral	21,9	9,0	10,5	17,1
Indústria de transformação	36,8	23,8	18,7	14,1
Eletricidade, gás e água	0,7	1,4	1,3	16,2
Construção	8,3	10,3	6,8	4,2
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	5,7	9,1	7,3	5,4
Alojamento e alimentação	1,3	2,5	1,1	0,7
Transportes e armazenagem	2,5	3,5	2,5	1,3
Comunicações	0,3	0,6	2,1	2,2
Intermediação financeira	1,9	3,1	3,8	4,6
Ativ. imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	2,5	3,8	8,4	5,1
Administração pública, defesa e seguridade social	8,4	19,1	25,6	19,5
Saúde e educação mercantis	1,0	2,1	3,0	2,0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,3	1,0	1,1	0,8
Serviços domésticos	0,2	0,2	0,3	0,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE-Contas Regionais (1985-2002)

No setor terciário, os segmentos de maior peso, eram a administração pública, com 19,5% do total riqueza gerada na economia sergipana, comércio, com 5,4%, e as atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, com 5,1%.

Ao longo do período 1985-2002, houve uma forte redução da participação do setor industrial, com a indústria de transformação perdendo 22,7 pontos percentuais de participação no PIB estadual, a indústria extrativa mineral, perdeu 4,8 pp e a construção civil 4,1 pp.

Tiveram aumento de participação, nesse período, os serviços industriais de utilidade pública, diversos segmentos do setor serviços com destaque para a administração pública, incluindo a previdência social, com tudo que ela significa em termos de transferência de renda, os serviços de intermediação financeira (incluindo atividades bancárias,

seguros, crediários etc), o segmento de atividades imobiliárias e de serviços prestados às empresas, esse último em grande parte associado ao processo de terceirização das atividades no setor secundário e terciário, o segmento de comunicações e os serviços da área social sob encargo do setor privado, como educação e saúde.

3.1. O SETOR AGROPECUÁRIO

Verifica-se o predomínio das áreas de pastagens na agropecuária sergipana que, em 1995/1996, representavam 2/3 das áreas agricultáveis. As áreas dedicadas às lavouras respondiam por 19% do total, sendo 10% de lavouras temporárias, 7% de lavouras permanentes e 2% de lavoura em descanso, enquanto as matas naturais ocupavam 9% das terras. Duas expansões se apresentam como as mais representativas no período 1970-1995: O processo de pecuarização de vastas áreas, com crescimento das áreas de pastagens em 13%, mais 136.564 ha, e a ampliação das lavouras permanentes, em 70%, incorporando mais 46.387 hectares. Ver tabela 5.

Tabela 5: Sergipe- Pecuária- Estabelecimentos e Área Ocupada, segundo a atividade econômica principal. 1995-1996

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS	1970		1980		1995-1996	
	Há	%	ha	%	ha	%
ÁREA TOTAL (ha)	1.743.200	100	1.897.773	100	1.702.628	100
Lavoura permanente	66.340	4	95.748	5	112.727	7
Lavoura temporária	136.042	8	156.795	8	166.130	10
Lavoura em descanso	-	-	36.515	2	26.669	2
Pastagem natural	508.361	29	395.141	21	624.514	37
Pastagens plantadas	508.939	29	815.111	43	529.350	31
Matas naturais	210.933	12	247.786	13	155.543	9
Matas plantadas	2.488	0	1.210	0	2.915	0
Produtivas não utilizadas	252.823	15	96.619	5	49.004	3

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários, 1970, 1985 e 1995-1996.

Nota: Os dados até 1985 referem-se a 31.12, no censo de 1995-1996 os dados referentes a número de estabelecimentos, área total, utilização das terras, pessoal ocupado e tratores, referem-se a 31.12.1995.

Em 1995 existiam 99.774 estabelecimentos agropecuários. Os estabelecimentos predominantemente pecuários representavam 58,9% das áreas ocupadas, além de 14,7% daqueles de produção mista, indicando que 36,7% dos estabelecimentos, correspondendo a cerca de $\frac{3}{4}$ da área agrícola de Sergipe, dedicavam-se parcial ou integralmente à pecuária. Cerca de trinta e cinco mil estabelecimentos dedicavam-se prioritariamente a culturas temporárias, com destaque para as culturas de subsistência como milho, feijão e mandioca. Vinte e seis mil e duzentos mil estabelecimentos estavam voltados para culturas permanentes (com destaque para laranja, côco-da-baía e banana), 25,0 mil estabelecimentos predominantemente de pecuária (bovinos, aves, suínos e ovinos principalmente), além de 11,6 mil voltados para outras atividades (extrativas, carvão, pesca e silvicultura).

A mandioca era a mais disseminada das culturas temporárias, constituindo-se na atividade principal de 14,4 mil estabelecimentos, 40,4% do total dos estabelecimentos que se dedicam predominantemente às culturas temporárias. A segunda atividade em termos do número de estabelecimentos era a cultura de feijão, com 8.181 unidades, em 1995-1996. O milho vinha terceiro lugar, com 5.321 estabelecimentos, seguido por outras culturas temporárias, 4.867 estabelecimentos. O valor da produção total das culturas temporárias atingiu 271,8 milhões de reais em 2003. Destacam-se as culturas da mandioca, cana-de-açúcar, feijão, o milho, e o arroz. Ver tabela 6.

Tabela 6: Sergipe - Valor da Produção das Principais Culturas Temporárias, Anos Seleccionados, 1990-2003

CULTURA	1990		2000		2003	
	Mil cruzeiros	%	Mil reais	%	Mil reais	%
TOTAL TEMPORÁRIA	6.274.039	100,0	108.603	100,0	271.809	100,0
Mandioca	871.587	13,9	22.736	20,9	129.648	47,7
Cana-de-açúcar	2.837.831	45,2	29.632	27,3	42.869	15,8
Milho (em grão)	382.844	6,1	15.998	14,7	29.393	10,8
Feijão (em grão)	820.656	13,1	13.422	12,4	20.014	7,4
Arroz (em casca)	295.180	4,7	7.551	7,0	19.396	7,1
Batata - doce	309.747	4,9	4.487	4,1	10.293	3,8
Fumo (em folha)	264.869	4,2	4.901	4,5	6.300	2,3
Abacaxi (Mil frutos)	192.358	3,1	3.920	3,6	6.200	2,3
Melancia	19.375	0,3	2.655	2,4	2.939	1,1
Tomate	92.297	1,5	2.178	2,0	2.916	1,1
Amendoim (em casca)	64.846	1,0	747	0,7	1.293	0,5
Fava (em grão)	74.471	1,2	256	0,2	548	0,2

Fonte: IBGE-PAM

A laranja é a mais importante entre as culturas permanentes do Estado de Sergipe, sendo desenvolvida em 11,6 mil estabelecimentos, em 1995-1996. Seguem o côco-da-baía que se apresentava em primeiro lugar em termos de área ocupada dentre as culturas permanentes. A banana, a manga, a horticultura, o maracujá, o caju e o mamão são outras culturas permanentes expressivas no estado. Tabela 7.

Em termos de valor da produção, a cultura da laranja apresenta a maior participação, apesar da crise que atravessa, seguida pelo côco-da-baía, banana e maracujá. Surgem novas culturas como a manga e mamão, algumas delas em perímetros irrigados. Tabela 8.

ESTRUTURA E DINÂMICA DA ECONOMIA SERGIPANA (1970-2002)

Tabela 7: Sergipe - Estabelecimentos e Área Ocupada das Principais Culturas Temporárias e Permanentes, 1995-1996

ATIVIDADE ECONÔMICA	ESTABELECIMENTOS		ÁREA (ha)	
	Nº	%	Nº	%
TOTAL TEMPORÁRIAS	35.522	100,0	197.736.549	100,0
Mandioca	14.355	40,4	35.637.179	18,0
Feijão	8.181	23,0	41.116.241	20,8
Milho	5.321	15,0	34.769.346	17,6
Outras Culturas temporárias	4.867	13,7	44.563.517	22,5
Fumo	874	2,5	1.678.321	0,8
Aroz	649	1,8	2.750.027	1,4
Amendoim	384	1,1	809.488	0,4
Tomate	327	0,9	1.491.864	0,8
Cana-de-açúcar	177	0,5	32.701.811	16,5
Abacaxi	162	0,5	1.033.832	0,5
Algodão	154	0,4	537.181	0,3
Batata-inglêsã	47	0,1	88.744	0,0
Cebola	10	0,0	33.416	0,0
Soja	10	0,0	31.002	0,0
Mamona	3	0,0	10.581	0,0
Melão	1	0,0	483.999	0,2
TOTAL PERMANENTE	26.217	100,0	227.518.674	100,0
Laranja	11.570	44,1	82.839.919	36,4
Côco-da-baía	6.271	23,9	98.097.791	43,1
Banana	2.085	8,0	13.563.268	6,0
Outros permanentes	1.833	7,0	10.131.461	4,5
Manga	1.327	5,1	8.023.758	3,5
Horticultura	1.320	5,0	4.718.278	2,1
Maracujá	719	2,7	3.190.995	1,4
Outros cítricos	490	1,9	1.803.052	0,8
Caju	441	1,7	3.638.984	1,6
Mamão	145	0,6	1.427.305	0,6
Café	14	0,1	82.351	0,0
Floricultura	2	0,0	1.512	0,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1995-1996.

Tabela 8: Sergipe - Valor da Produção das Principais Culturas Permanentes, Anos Seleccionados, 1990-2003

CULTURA	1990		2000		2003	
	Mil cruzeiros	%	Mil reais	%	Mil reais	%
TOTAL	5.771.481	100	115.303	100	240.970	100
Laranja	3.421.197	59	50.454	44	131.769	55
Côco-da-baía	734.132	13	18.618	16	34.253	14
Banana	491.153	9	9.117	8	24.649	10
Maracujá	849.633	15	27.441	24	19.307	8
Manga	156.761	3	5.341	5	19.274	8
Mamão	43.666	1	1.132	1	4.741	2
Limão	37.631	1	1.655	1	3.558	1
Tangerina	12.549	0	1.178	1	3.091	1
Goiaba	14	0	325	0	328	0
Abacate	21.965	0	-	0	-	0

Fonte: IBGE-PAM

A pecuária bovina é a mais disseminada e a de maior valor econômico, no Estado. São ainda importantes a avicultura de corte e a criação de ovinos e suínos. O efetivo bovino depois de atingir 1 milhão de cabeças, em 1990, o plantel caiu para 796,9 mil cabeças, em 1995, apresentando um certo crescimento a partir de então. Ver tabela 9.

A criação de aves é a que tem apresentado maior crescimento. O efetivo de galos, frangas, frangos e pintos passou de 1,9 milhão, em 1990, para 3 milhões, já citados, em 2003. A criação de galinhas, ainda que de forma mais modesta, também tem se expandido. As demais criações não apresentaram crescimento digno de destaque.

Tabela 9: Sergipe - Efetivo dos rebanhos (Cabeças)

TIPO DE REBANHO	EFETIVO			
	1990	1995	2000	2003
TOTAL	4.419.467	4.248.768	4.883.876	5.479.082
Bovino	1.030.453	796.870	879.730	895.938
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	1.881.945	2.188.508	2.797.900	3.016.992
Galinhas	1.043.359	852.658	869.044	1.224.595
Ovino	201.601	154.857	96.422	126.122
Suíno	96.447	98.657	91.370	95.843
Equino	82.646	87.133	66.385	67.448
Muar	38.199	36.950	15.604	15.905
Caprino	31.189	20.612	11.735	13.883
Asinino	12.289	10.957	9.765	9.632
Bubalino	475	296	231	324
Coelhos	864	-	306	175

Fonte: IBGE-PPM

3.2. O SETOR INDUSTRIAL

A INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL

Os segmentos de petróleo, gás natural e sais de potássio são as principais atividades mineradoras da economia sergipana. Em 2002, o setor secundário respondia por 51,6% do PIB sergipano. Neste ano, a indústria extrativa mineral participava com 17,1% do PIB e 33,1% do PIB do setor secundário sergipanos. Contudo, desde meados dos anos 80, a extração de petróleo, a mais significativa dentre as atividades mineradoras do estado, não tem apresentado crescimento sustentado. A Petrobrás tem indicado que as prospecções mais recentes, com a exploração do campo de Piranema, em águas profundas, apontariam para elevação de 40% a produção estadual de petróleo, nos próximos anos. Ver tabela 10.

Tabela 10: Sergipe - Produção de Petróleo, 1978-2003 (Em 1.000 m³)

	ANOS							
	1978	1984	1990	1996	2000	2001	2002	2003
Produção	2.734	2.946	2.603	2.042	2.141	2.078	2.056	2.145
Índice	100	108	95	78	78	76	75	78

Fonte: SUDENE/DPO/Contas Regionais para os anos de 1978 a 1990. Petrobrás/SERPLAN, para os anos 1996. ANP/SDP a partir de 2000.

A indústria extrativa mineral respondia, em 2003, por 35,5% do Valor da transformação industrial, da Indústria Geral, contra 64,5% da indústria de transformação, com destaque para extração de petróleo e serviços correlatos que representavam 35,4 pontos percentuais.

A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Na indústria de transformação, os gêneros de maior peso no valor de transformação, em 2003, eram a indústria de produtos alimentícios, a fabricação de minerais não-metálicos (com destaque para a fabricação de cimento), a indústria química, têxteis, produtos metalúrgicos e, mais recentemente, a fabricação de máquinas e equipamentos e fabricação calçados e produtos de couros, esse último em função da realocação de indústrias da Região Sul do País.

A fabricação de minerais não-metálicos, a produção de químicos, de produtos metalúrgicos, máquinas equipamentos e alimentos industriais foram os segmentos que apresentaram o melhor desempenho e mais aumentaram suas participações no VTI da indústria de transformação, entre 1996 e 2003. Ver tabela 11.

Tabela 11: Sergipe- Valor da Transformação Industrial segundo gêneros de atividade, 1996 –2003 (Mil R\$)

SETOR DE ATIVIDADE	1996		2003	
	Nº	%	Nº	%
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	281.850	100,0	1.318.563	100,0
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	72.813	25,8	358.146	27,2
Fabricação de produtos do fumo	3.007	1,1	2.125	0,2
Fabricação de produtos têxteis .	81.763	29,0	134.493	10,2
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	6.566	2,3	17.106	1,3
Preparação de couros e fabricação de artefatos	29.331	10,4	27.099	2,1
Fabricação de produtos de madeira .	551	0,2	1.793	0,1
Fabricação de celulose, papel e produtos	134	0,0	12.585	1,0
Edição, impressão e reprodução de gravações	7.790	2,8	16.393	1,2
Fabricação de coque, refino de petróleo,...	-	-	-	-
Fabricação de produtos químicos	22.166	7,9	244.973	18,6
Fabricação de artigos de borracha e plástico	4.228	1,5	10.225	0,8
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	42.448	15,1	351.642	26,7
Metalurgia básica .	-	-	-	-
Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas	2.253	0,8	82.821	6,3
Fabricação de máquinas e equipamentos .	663	0,2	33.165	2,5
Fabricação de máquinas p/escritório e equipamentos	-	-	-	-
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais	90	0,0	770	0,1
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos	-	-	-	-
Fabricação de equipamentos de instrumentação	-	-	1.571	0,1
Fabricação e montagem de veículos automotores,	816	0,3	2.539	0,2
Fabricação de outros equipamentos de transporte	-	-	2.063	0,2
Fabricação de móveis e indústrias diversas	2.733	1,0	5.358	0,4
Reciclagem	-	-	-	-
Outras	4.498	1,6	13.694	1,0

Fonte: IBGE-PIA empresa. 1996-2003.

Na indústria de transformação sergipana, em 2003, a fabricação de produtos alimentares, a indústria química, a indústria de minerais não metálicos, a indústria têxtil e a metalúrgica são as atividades que respondem pelo maior número de pessoas ocupadas. Entre 1996 e 2003, a ocupação na indústria sergipana registrou incremento de em 8,1 mil pessoas. As indústrias extrativas contabilizaram redução significativa na força de trabalho entre 1996 e 2000, recuperando-se após esse ano. Como tendência geral, esse segmento vem perdendo participação na ocupação industrial sergipana, em parte por conta do processo de terceirização de serviços das atividades consideradas não-nucleares para as empresas. Ver tabela 12.

A indústria de minerais não-metálicos vem aumentando o seu peso na ocupação industrial de Sergipe, passando de 1,6 mil pessoas para 2,8 mil no período, por conta da expansão do Pólo Cimenteiro sergipano. É significativa, também, a expansão da ocupação no segmento de confecção com a criação de pólos industriais no interior do Estado, tendo ampliado a ocupação em 787 postos de trabalho, e a indústria metalúrgica. A indústria têxtil, por outro lado, apresentou grande redução de pessoal ocupado, bem como o setor de couro e artefatos.

3.3. O SETOR SERVIÇO

Melo *et al* (1998) destacam que o setor terciário representa cerca de 2/3 emprego urbano metropolitano e mais da metade do PIB nacional, sem que isso necessariamente signifique que o país tenha se tornado uma economia de serviços moderna, pois, em parte significativa, esse setor está composto por atividades tradicionais, de baixa produtividade e se constitui em refugio para mão-de-obra de baixa qualificação, implicando em subemprego e exclusão social. Nesse sentido, a perda de dinamicidade da economia brasileira concorreu para que a força de trabalho buscasse alternativa de renda e ocupação no setor terciário. Deve-se, todavia, considerar a heterogeneidade do setor terciário que engloba desde segmentos sofisticados como serviços financeiros, engenharia, auditoria, consultoria, informática a segmentos tradicionais como transporte e comércio.

Tabela 12: Sergipe- PESSOAL OCUPADO NO SETOR INDUSTRIAL SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE, 1996-2003

SETOR DE ATIVIDADE	1996		2000		2003	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
TOTAL	18.969	100	24.178	100,0	27.078	100,0
Indústrias Extrativas	2.656	14	2.087	11,6	2.877	8,6
Extração de carvão mineral	-	-	-	-	-	-
Extração de petróleo e serviços correlatos	2.480	13	1.859	10,6	2.730	7,7
Extração de minerais metálicos	-	0	-	0,0	-	0,0
Extração de minerais não-metálicos	176	1	228	1,0	147	0,9
Indústrias de transformação	16.313	86	22.091	88,4	24.201	91,4
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	3.713	20	5.198	20,3	8.395	21,5
Fabricação de produtos do fumo	237	1	238	1,3	280	1,0
Fabricação de produtos têxteis	4.512	24	3.402	21,0	3.730	14,1
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1.622	9	2.068	5,3	2.409	8,6
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro	876	5	842	2,6	682	3,5
Fabricação de produtos de madeira	309	2	749	1,9	307	3,1
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	99	1	158	0,8	202	0,7
Edição, impressão e reprodução de gravações	543	3	602	2,8	707	2,5
Fabricação de coque, refino de petróleo etc	-	0	-	0,0	-	0,0
Fabricação de produtos químicos	644	3	973	3,2	817	4,0
Fabricação de artigos de borracha e plástico	370	2	679	2,4	731	2,8
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	1.675	9	2.815	13,7	2.813	11,6
Metalurgia básica	-	0	-	0,0	-	0,0
Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas	339	2	636	2,2	779	2,6
Fabricação de máq. e equipamentos	27	0	1.033	0,0	498	4,3
Fabricação de máquinas para escritório e equipa-	-	0	-	0,0	-	0,0
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais	41	0	-	0,0	67	0,0
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos	-	0	-	0,0	-	0,0
Fabricação de equipamentos de instrumentação	-	0	67	0,0	59	0,3
Fabricação e montagem de veículos automotores,	240	1	230	1,0	250	1,0
Fabricação de outros equipamentos de transporte	-	0	92	0,0	80	0,4
Fabricação de móveis e indústrias diversas	608	3	763	4,2	644	3,2
Reciclagem	-	0	-	0,0	-	0,0
Outras	458	2	1.545	5,8	751	6,4

Fonte: IBGE-PIA empresa: 1996 - 2003

Fazem parte desse amplo setor os serviços públicos, incluindo a administração pública, defesa, saúde, educação e previdência, e os serviços privados de educação, saúde, serviços pessoais, entre outros.

Com a reestruturação produtiva da economia mundial e da economia brasileira nos anos 80 e 90, do século passado, surgiram novos serviços vinculados à revolução da microeletrônica e que não foram internalizados nas grandes empresas industriais. Esse fenômeno deu origem a atividades altamente flexíveis de serviços prestados a empresas, cuja expansão foi reforçada pela terceirização empreendida tanto no setor industrial, quanto no próprio segmento de serviços, de parcelas das atividades antes desenvolvidas no interior das grandes empresas, como forma de redução de custo e ganho de flexibilidade.

Na economia sergipana, com o arrefecimento dos investimentos industriais estimulados pelas políticas de caráter regional e/ ou nacional, desde meados dos anos 80, o setor secundário perdeu dinamicidade, o que fez com que o setor terciário ampliasse a sua participação no PIB e na ocupação da força de trabalho. Assim, o setor terciário que respondia por 24% do PIB sergipano, em 1985, representava 44,9% em 1990, 54,2% em 1995 e 55,1% em 2000. Nos anos mais recentes o setor serviço registrou uma perda de participação, por conta, sobretudo, do incremento do valor da produção da indústria extrativa mineral e dos serviços industriais de utilidade pública, caindo para 41,9% do PIB sergipano de 2002. Ver tabela 3.

Com a perda de dinamicidade do setor secundário, os serviços ampliaram a sua participação no produto interno e na ocupação da força de trabalho. O setor terciário que respondia por 24% do PIB sergipano, em 1985, representava 41,9%, em 2002. Ver tabela 13.

Em 2002, a administração pública (incluindo as atividades de defesa e previdência), o comércio, os serviços prestados às empresas e o segmento de intermediação financeira eram as atividades terciárias mais significativas para a economia sergipana.

Despontaram novos segmentos como os serviços prestados às empresas, o setor de comunicação, impulsionado pela Internet e pela telefonia celular, o setor financeiro e as atividades privadas de saúde e edu-

cação. A perda de dinamicidade da economia e a conseqüente falta de oportunidade de trabalho fizeram que ganhasse peso, também, os serviços domésticos. O setor comércio, alojamento e alimentação e transportes e armazenagem tiveram importante perdas no valor adicionado.

As participações dos ramos no setor terciário também tiveram importantes variações, com a redução do peso do comércio, transporte e armazenagem e de alojamento e alimentação. Os demais segmentos aumentaram suas participações, com destaque para a administração pública, comunicações, intermediações financeiras, atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas, indicando o aumento da importância do gasto público (inclusive previdenciário), das novas formas de comunicação (telefonia móvel, televisão a cabo, Internet, entre outras), dos bancos e financeiras, e de serviços prestados às empresas, incluindo a terceirização, na economia sergipana.

Tabela 13: Sergipe - Participação dos Ramos no Valor Adicionado do Setor Terciário, 1996 – 2003 (%)

SETORES	ANOS			
	1985	1990	2000	2002
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	23,7	20,2	13,2	12,9
Alojamento e alimentação	5,4	5,6	2,0	1,7
Transportes e armazenagem	10,4	7,8	4,5	3,1
Comunicações	1,2	1,3	3,8	5,3
Intermediação financeira	7,9	6,9	6,9	11,0
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresas	10,4	8,4	15,2	12,2
Adm. pública, defesa e seguridade social	34,9	42,4	46,4	46,5
Saúde e educação mercantis	4,1	4,7	5,4	4,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,2	2,2	2,0	1,9
Serviços domésticos	0,8	0,4	0,5	0,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE-Contas Regionais (1985-2002).

AS ATIVIDADES COMERCIAIS

O comércio de veículos e de combustível tem ampliado sua participação no número de estabelecimentos, ocupação de força de trabalho e valor da receita líquida comercial no Estado. No comércio atacadista, a principal mudança refere-se à diminuição dos estabelecimentos voltados para a venda de produtos alimentícios e o crescimento das unidades especializadas na comercialização de artigos de uso pessoal, incluindo tecidos, calçados e produtos farmacêuticos e de bens intermediários, como combustíveis madeira e material de construção. Tabela 14.

Tabela 14: Sergipe - Receita Líquida de Revenda no Setor de Comércio, segundo grupos e classes de atividade - 1996-2002 (R\$ 1.000)

GRUPOS E CLASSES SELECIONADAS	1996		2002	
	Mil reais	%	Mil reais	%
Sergipe	1.673.326	100,0	2.843.530	100,0
Comércio de veículos e motocicletas e comércio a varejo de combustíveis	284.795	17,0	674.804	23,7
Comércio por atacado	362.896	21,7	593.268	20,9
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	155.879	9,3	121.456	4,3
Artigos de uso pessoal e doméstico (fios têxteis, tecidos, calçados, produtos farmacêuticos, etc.)	46.225	2,8	76.832	2,7
Produtos intermediários, resíduos e sucatas (combustíveis, madeira, material de construção, etc.)	143.276	8,6	345.184	12,1
Máquinas, aparelhos e equip. de uso agropecuário, comercial, industrial e para fins profissionais	4.486	0,3	11.106	0,4
Outros (produtos agropecuários in natura e mercadorias em geral)	13.031	0,8	38.690	1,4
Comércio varejista	1.025.634	61,3	1.575.458	55,4
Comércio não-especializado (hiper/supermercados, lojas de departamentos, etc.)	620.477	37,1	705.506	24,8
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	20.049	1,2	80.010	2,8
Tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados	98.585	5,9	287.495	10,1
Comércio de outros produtos em lojas espec. (produtos farmacêuticos, móveis, eletrodomésticos, material de construção, livraria, papelaria, etc.)	286.376	17,1	502.433	17,7
Artigos usados	147	0,0	14	0,0

Fonte: IBGE-PIA empresa: 1996 - 2002

No comércio varejista, a principal mudança diz respeito à perda de participação do comércio não-especializado, incluindo supermercados e lojas de departamento, e a maior presença do comércio especializado, abrangendo produtos farmacêuticos, móveis e eletrodomésticos, material de construção e papelarias e materiais de informática.

Entre 1996-2002, o comércio sergipano aumentou a ocupação em 30%, passando de 31,9 mil, em 1996, para 41,3%, em 2002. A distribuição da ocupação entre os grupos não teve variação mais significativa, registrando-se ligeira perda do comércio varejista e pequenos aumentos do comércio de veículos e combustíveis e do comércio atacadista. A redução de participação do comércio varejista deveu-se quase integralmente ao desempenho negativo da ocupação no comércio não-especializado, com a redução de 2.860 postos de trabalho. Ver tabela 15.

Mesmo perdendo participação, o maior volume de novas ocupações se verificou no comércio varejista que absorveu 7.500 pessoas adicionais no período. As classes de comércio de tecidos e vestuário e a de produtos especializados foram as que registraram maior aumento na ocupação, além do comércio atacadista e os de combustíveis e veículos e peças.

AS ATIVIDADES DE SERVIÇO

A Pesquisa Anual de Serviços - PAS do IBGE registrou a receita bruta de 1,16 bilhões de reais nas atividades de serviços em Sergipe, em 2002, distribuídas em sete grupos. As atividades de correio e telecomunicações e a de transporte e serviços auxiliares respondiam pelas maiores participações, 34,7% e 24,6%, respectivamente, seguidas pelos grupos de serviços prestados às empresas, 14,8%, outras atividades de serviços, 11,7% e serviços de alojamento e alimentação. As atividades de informática, quando consideradas sem os serviços de telecomunicações, e as atividades imobiliárias registravam as mais baixas participações. Dois segmentos tiveram importante aumento de participação entre 1998 e 2002: os serviços prestados às empresas e o de correio e telecomunicações.

Tabela 15: Sergipe - Pessoal Ocupado no Setor de Comércio, segundo grupos e classes de atividade, 1996–2002

GRUPOS E CLASSES SELECIONADAS	1996		2002	
	Nº	%	Nº	%
SERGIPE	31.892	100,0	41.320	100,0
Comércio de veículos e motocicletas e comércio a varejo de combustíveis	4.008	12,6	5.305	12,8
Veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios	2.820	8,8	3.495	8,5
Combustíveis	1.188	3,7	1.810	4,4
Comércio por atacado	2.562	8,0	3.437	8,3
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	1.460	4,6	1.160	2,8
Artigos de uso pessoal e doméstico (fios têxteis, tecidos, calçados, produtos farmacêuticos, etc.)	500	1,6	845	2,0
Produtos intermediários, resíduos e sucatas (combustíveis, madeira, material de construção, etc.)	264	0,8	811	2,0
Máquinas, aparelhos e equipamentos de uso agropecuário, comercial, industrial e para fins profissionais	76	0,2	146	0,4
Outros (produtos agropecuários in natura e mercadorias em geral)	262	0,8	475	1,1
Comércio varejista	25.322	79,4	32.578	78,8
Comércio não-especializado (hiper/supermercados, lojas de departamentos, etc.)	10.503	32,9	7.643	18,5
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	1.724	5,4	2.058	5,0
Tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados	4.786	15,0	9.257	22,4
Comércio de outros produtos em lojas especializadas (produtos farmacêuticos, móveis, eletrodomésticos, material de construção, livreria, papelaria, etc.)	8.301	26,0	13.617	33,0
Artigos usados	8	0,0	3	0,0

Fonte: IBGE-PIA empresa: 1996-2002

Tabela 16: Sergipe - Dados de Receita Bruta de Serviços (em R\$ mil - preços correntes)

GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA	1998		2002	
	Mil reais	%	Mil reais	%
Serviços de alojamento e alimentação	64.832	10,6	101.425	8,8
Transportes e serv. aux. dos transportes	161.896	26,6	284.296	24,6
Correio e telecomunicações	192.481	31,6	401.348	34,7
Atividades de Informática	33.128	5,4	37.684	3,3
Ativ. Imobil. E de aluguel de bens móv. e imóv.	10.918	1,8	25.874	2,2
Serviços prestados as empresas	68.226	11,2	170.498	14,8
Outras atividades de serviços	77.674	12,8	134.752	11,7
TOTAL	609.155	100,0	1.155.877	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Anual dos Serviços - PAS, 1998-2002.

Em termos de ocupação, em 2002, a PAS registrou 38.743 pessoas nas atividades de serviços, das quais 12.955 no grupo de serviços prestados às empresas, 8.148 nos serviços de alojamentos e alimentação, 7.828 em transporte e 6.319 em outras atividades de serviços. O segmento de telecomunicação e correio que respondia, em 2002, por 34,7% da receita bruta dos serviços, ocupava tão somente 3,1% da força de trabalho do setor. Tabela 17.

Entre 1998 e 2002, verificou-se o incremento de 9.459 ocupações no setor de serviços, segundo a Pesquisa Anual de serviços, das quais mais da metade das novas ocupações, 5.456, ocorreram na classe de serviços prestados às empresas, o que permite dimensionar o significado do processo de terceirização do trabalho.

No período mais recente, entre 2000 e 2002, foram registradas 6.840 ocupações adicionais, das quais 2.291 foram incorporadas à classe de serviços de alojamento e alimentação, 1.756, em outras atividades de serviços, 1.582 em transporte e serviços auxiliares de transporte e 749 em atividades de informática.

Tabela 17: Sergipe - Pessoal Ocupado nas Atividades de Serviços, 2000-2002

GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA	1998		2000		2002	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Serviços de alojamento e alimentação	7.698	26,3	5.857	18,4	8.148	21,0
Transportes e serv. aux. dos transportes	6.267	21,4	6.246	19,6	7.828	20,2
Correio e telecomunicações	1.221	4,2	1.102	3,5	1.207	3,1
Atividades de Informática	1.214	4,1	662	2,1	1.411	3,6
Ativ. imobil. e de aluguel de bens móv. e imóv.	954	3,3	709	2,2	875	2,3
Serviços prestados as empresas	7.499	25,6	12.764	40,0	12.955	33,4
Outras atividades de serviços	4.431	15,1	4.563	14,3	6.319	16,3
TOTAL	29.284	100,0	31.903	100,0	38.743	100,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual dos Serviços – PAS, 1998-2002.

4. CONCLUSÕES

A trajetória da economia de Sergipe no período razoavelmente longo, 1970-2002, que serviu de referência para a análise acima pode ser caracterizada da seguinte forma:

- i) O primeiro mostra o atrelamento do sentido e do ritmo de crescimento que essa economia compartilha com a economia brasileira e a nordestina, com a qualificação de que a intensidade do ritmo foi maior para a economia estadual desde o início dos anos 1970 até o começo dos anos noventa;
- ii) O segundo é a importância que até a primeira metade da década de oitenta, tiveram os investimentos de empresas estatais na indústria extrativa mineral, em particular na exploração de petróleo para impulsionar o dinamismo da economia estadual;
- iii) E o terceiro dá ênfase à mudança associada à maior participação do setor terciário na economia do Estado a partir dos

anos oitenta ainda que esta mantenha – em comparação às economias dos demais estados – um peso importante da indústria na formação de seu PIB.

Parte importante da explicação da tendência recente da economia do Estado está na sua capacidade de influir na trajetória de crescimento sob a influência do comportamento dos diferentes setores de sua economia. É esse aspecto que se aborda em seguida.

Em relação aos setores produtivos os principais processos e mudanças observados na agropecuária sergipana, no período foram:

- i) Primeiro, dos 1.702,6 mil hectares de terras destinadas à atividade econômica, quase três quartos (73,6%) eram ocupadas, em 1995-96, por estabelecimentos de pecuária e produção mista, enquanto um quarto se destinava à atividade de lavouras temporária (11,6%) e permanente (13,4%). Essa ocupação resultou particularmente de um intenso processo de pecuarização, sobretudo nos anos setenta;
- ii) Segundo, em período mais recente, dos anos noventa até início da presente década, observou-se um processo de estagnação da área colhida de culturas temporárias tradicionais como mandioca e feijão e redução no caso de culturas temporárias voltadas para o mercado como a cana-de-açúcar e o fumo.
- iii) Terceiro, a citricultura mantém-se como a atividade agrícola mais importante, embora seu principal produto, a laranja, venha enfrentando uma crise de produção desde início dos anos noventa devido ao envelhecimento dos pomares e a incidência de pragas. O destaque dessa cultura está no importante vínculo que estabeleceu com os mercados externos, por meio das exportações de suco. O coco-da-baía é a segunda mais importante cultura permanente da economia agrícola sergipana.
- iv) Quarto, a pecuária de Sergipe cujos estabelecimentos, dedicados em sua maioria (54% em 1995-96) à bovinocultura, ocupa quase três quartos da área agrícola

do Estado; está disseminada nas três meso-regiões, não apresentando sinais de dinamismo, exceto na atividade da avicultura que apresentou uma trajetória de crescimento desde 1990, de acordo com as informações da Pesquisa Pecuária Mensal do IBGE.

- v) Por último, as características da agropecuária de Sergipe, com extensa ocupação de áreas por atividades pouco dinâmicas, como a cana-de-açúcar e a pecuária, e as limitadas margem de expansão da fronteira, a não ser no interior das propriedades existentes, evidenciam o grande desafio de elevação da produtividade de suas principais atividades para lograr uma trajetória de recuperação no futuro.

A evolução recente do setor secundário de Sergipe pode ser sintetizada nos seguintes pontos:

- i) um primeiro ponto a ser reiterado ressalta a situação *sui-generis* de Sergipe em comparação aos demais estados nordestinos quanto à maior participação do setor secundário na geração da renda de sua economia;
- ii) nesse particular, assume papel importante a indústria extrativa mineral, com a presença da Petrobrás, uma indústria que contribui para a geração de parcela do valor da transformação industrial superior a qualquer dos gêneros da indústria de transformação;
- iii) na indústria de transformação, em que pese a presença ainda significativa de indústrias tradicionais como a têxtil, confecções, alimentos e bebidas, configura-se uma trajetória recente de crescente importância de indústrias dinâmicas tais como a química, metalúrgica, minerais não metálicos e mecânica;
- iv) quanto ao papel da indústria no emprego, evidencia-se uma trajetória de manutenção do emprego nas indústrias de alimentos e bebidas, confecções e minerais não metálicos, enquanto cresce em importância as indústrias de móveis, a mecânica e de borracha e de matérias plásticas;

- v) é provável que a tendência de diversificação da pauta de exportações, com a presença de produtos da indústria, esteja influenciando o aumento da participação de indústrias mais modernas no emprego e no VTI;
- vi) o expressivo crescimento do número de estabelecimentos em gêneros novos, em um curto espaço de tempo, na indústria de transformação pode estar associado à uma presença mais agressiva do estado por meio dos incentivos fiscais.

No que tange ao setor serviços devem ser assinaladas algumas considerações sobre as tendências recentes e as perspectivas futuras, cabe destacar:

- i) A crescente importância dos serviços na economia sergipana, refletindo a tendência mais geral na economia brasileira que no estado acompanha o processo de reestruturação do setor secundário (com perda de dinamismo de algumas indústrias) e o avanço do processo de terceirização;
- ii) O aumento do peso de todos os segmentos dos serviços no PIB do Estado, exceto os serviços de transporte e armazenagem e de alojamento e alimentação;
- iii) Mudança na composição do comércio varejista que registra tendência de redução de importância do comércio não especializado (super e hipermercados, lojas de departamento, etc.), enquanto cresce a participação do comércio especializado.
- iv) No comércio atacadista, a redução de estabelecimentos de venda de produtos alimentícios, ao mesmo tempo que aumenta a participação de unidades especializadas no comércio de artigos de uso pessoal, tecidos, calçados e produtos farmacêuticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe – República (1889 – 2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FALCON, Maria Lúcia; HANSEN, Dean Lee; BARRETO Júnior, Edison (org.). *Cenários de Desenvolvimento Local: estudo exploratório, vol. I e vol. II*. Aracaju: Secretaria Municipal de Planejamento, 2003.

_____. Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio - CODISE. “Potencialidades de Sergipe”. Aracaju: dezembro de 2002.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia – Seplante. *Cenários da Economia Sergipana: 1988:1992. Aracaju: 1888*.

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU. Secretaria de Planejamento. FALCÓN, Maria Lúcia; HANSEN, Dean; BARRETO Júnior, Edison. “Plano de Desenvolvimento Local de Aracaju, vol. 1 e 2”. Aracaju: 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD)”. 1992-2003. Rio de Janeiro

_____. “Censos Demográficos 1991 e 2000”. Rio de Janeiro

_____. “Censo Agropecuário 1995/1996”. Rio de Janeiro

_____. “Contas Regionais 2002”. Rio de Janeiro

_____. “Produção da Pecuária Municipal (PPM)”. Vários anos, Rio de Janeiro

_____. “Pesquisa Agrícola Municipal (PAM)”. Vários anos, Rio de Janeiro

_____. “Contagem Populacional 1996”. Rio de Janeiro

_____. “PIB Municipal 1998-2002”. Rio de Janeiro

_____. “Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) 1998-2002”. Rio de Janeiro

_____. “Pesquisa Anual do Comércio (PAC) 1998-2002”. Rio Janeiro.

_____. “Pesquisa Industrial Anual (PIA) 1998-2002”. Rio Janeiro.

_____. “Levantamento Sistemático de Produtos Agropecuários (LSPA)”. Rio de Janeiro.

LACERDA, Ricardo: “Perspectivas de geração de renda e emprego na economia de Sergipe”. s.l., 23/08/1999 (impresso).

MELO, H. *et al* (1998) O Setor Serviços No Brasil: Uma Visão Global — 1985/95. *Texto Para Discussão*. N° 549. IPEA

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. “RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais”; Brasília

SEBRAE/SE e Fórum Empresarial de Sergipe. “Novos Rumos para a economia Sergipana: Proposições da Classe Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável de Sergipe”. Aracaju: 2002.

VASCONCELOS, Ana Elisa; GUIMARÃES Neto, Leonardo *et al*. *A indústria incentivada de Sergipe no contexto regional*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1993

